

UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA CONJUNTURA EDUCACIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO MANIFESTO DOS EDUCADORES DE 1959¹.

Mizânia Mizililian Pessoa Barradas de Brito²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo tecer uma análise de conjuntura a respeito dos principais aspectos relacionados à questão educacional escolar na perspectiva da realidade da sociedade brasileira. Neste sentido, perpassaremos precisamente à observação do que pode ser tomado como avanço ou mesmo retrocesso ao que era pretendido no teor das perspectivas do Manifesto dos Educadores, que foi publicado no ano de 1959. Com isto, tentaremos em uma visão ampla estabelecer ao longo do texto um paralelo firmando uma nova forma de manifestar as necessidades educacionais da contemporaneidade no Brasil.

Palavras-chave: Análise Sociológica. Conjuntura educacional. Manifesto dos Educadores. Sociedade Brasileira.

ABSTRACT: This article aims to provide a conjuncture analysis of the main aspects related to the school educational issue in the perspective of the reality of Brazilian society. In this sense, we will precisely observe the observation of what can be taken as advancement or even regression to what was intended in the content of the perspectives of the Manifesto of Educators, which was published in the year 1959. With this, we will try in a broad vision to establish throughout the a text paralleling a new way of manifesting the educational needs of contemporary Brazil.

Keywords: Sociological Analysis. Educational setting. Educators' Manifesto. Brazilian society.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS]

Depois de 59 anos de uma segunda proposta de Manifesto dos Educadores, que apresentou ao julgamento público uma discussão acerca dos problemas do sistema brasileiro de ensino, como também propostas para melhorias efetivas do mesmo, podemos constatar que os mesmos problemas, apresentados no documento, persistem em existir. Haja vista a necessidade de uma nova discussão a respeito dos impasses e avanços da educação brasileira na atualidade.

Fernando de Azevedo ao produzir o segundo manifesto desenvolve uma proposta de discussão mais realista e positiva, apresentando um programa de realizações práticas, em favor de uma educação democrática, de uma escola democrática que tem como princípio a liberdade de pensamento e a igualdade de oportunidades para todos. A contribuição

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio financeiro da CAPES.

² Cursista do Mestrado Profissional em Sociologia – PROFSOCIO na UEVA – CE. Bolsista Capes. Especialista em Docência do Ensino Superior pela UNINASSAU. Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela UFPI. Email: mizaniasociologa@gmail.com

expressa pelo manifesto identifica-se no exercício democrático na produção do documento, na organização das ideias na perspectiva da educação como ciência, tornando viável a análise, o critério de avaliação e construção de parâmetros que objetivavam melhores condições de ensino no Brasil. Servindo de base para a elaboração da LDB de 1961, mas que em termos gerais, não contemplou metas de melhorias da educação proposta no documento.

Decorrido meio século do segundo manifesto podemos indagar quais mudanças significativas sucederam após sua discussão. Transportando a discussão para os dias atuais, a educação hoje não é a mesma de 1959, apesar de inúmeros problemas educacionais que ainda existirem, a grande bandeira de luta dos educadores na época era a busca da universalização da gratuidade do ensino como garantia de acesso de todos à educação. No momento atual, a grande questão que leva os profissionais da educação a uma reflexão está na responsabilidade transferida à educação pela solução dos problemas sociais do país. Justificada pela política liberal (redução do poder do Estado, com políticas de privatizações e outras propostas de participação de empresas privadas em questões que antes eram gerenciadas pelo Estado) do atual governo brasileiro. Entende-se que os princípios que possivelmente garantem que uma educação de qualidade seja efetivada apresenta-se em aspectos como: maior investimento em educação (infraestrutura das escolas, materiais didáticos de qualidade e remuneração do profissional de educação de acordo com o teto salarial garantido por lei), formação continuada de professores e elaboração de diretrizes educacionais condizentes com a realidade dos estudantes brasileiros. Investimentos concretos e projetos responsáveis seriam uma possibilidade de mudança na realidade da educação brasileira.

A QUESTÃO DE INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO

Em 1959, Fernando de Azevedo já apontava, no manifesto dos educadores de forma a chamar a atenção da sociedade, os problemas relacionados ao investimento da educação no Brasil:

Não foi, portanto, o sistema de ensino público que falhou, mas os que deviam prever-lhe a expansão, aumentar-lhe o número de escolas na medida das necessidades e segundos planos racionais, prover às suas instalações, prepara-lhe cada vez mais solidamente o professorado e aparelhá-lo dos recursos indispensáveis ao desenvolvimento de suas múltiplas atividades. (AZEVEDO, 2010, p. 73)

A falha no ensino foi depositada no ensino público, que na realidade era vítima do abandono dos governos que deixavam como herança o atraso e o descaso com a educação. Pesquisas feitas recentemente pela OCDE apontam que os recursos designados à educação são inferiores às reais necessidades dos discentes brasileiros. O que nos leva a analisar o que tem sido feito da educação nesse meio tempo (meio século).

Diferentemente de países que são referência em educação, os líderes políticos brasileiros não priorizam políticas de investimento maciço em educação. Seria injusto comparar em decorrência de toda uma diferença histórica, mas a Finlândia em termos de políticas educacionais, está a todo momento se reinventando por meio de reformas sistemáticas e investimentos, apresentando os melhores resultados globais no PISA (Avaliação Internacional de Educação). Uma pesquisa realizada pela OCDE (Organização para a cooperação e o desenvolvimento econômico) mostra que entre 2003 e 2015 o Brasil inseriu 500 mil alunos nas escolas ao encurtar os obstáculos que mantinham grande parte dos jovens fora da escola. Os níveis mais avançados de educação agora podem ser alcançados pelas camadas populares. Em contrapartida a esse avanço, “os governos começaram a pegar emprestado o dinheiro das próximas gerações para financiar seu consumo hoje, e a dívida que fizeram coloca um freio enorme no progresso econômico e social”, como analisa o chefe da pesquisa Andreas Schleicher. Observa-se então, que o dinheiro investido não tem sido eficaz pois não é aplicado onde realmente pode ter uma real utilidade.

Os altos níveis de repetência e o baixo rendimento, segundo alguns especialistas, está intimamente associado à má eficiência dos gastos públicos em educação. O aumento de investimentos em estrutura de escolas e materiais didáticos não atestam melhoria de desempenho dos alunos. Essa decorre dos investimentos em qualidade de serviços que visam o desenvolvimento de fato de uma educação democrática. Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação aponta, com relação aos investimentos atuais no Brasil, uma não vontade política em investir e melhorar a precariedade da educação brasileira. Segundo ele, o orçamento público federal de 2018 chega a R\$ 3,5 trilhões segundo a lei orçamentária. Recursos existem a serem investidos, mas a política do atual governo inviabiliza a garantia de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Essa inviabilidade de investimento em educação se deve, também, por ser a educação a política pública que mais movimenta recurso hoje no Brasil. “ Em todo dia

letivo, quase 40 milhões de estudantes vão às escolas públicas de educação básica em todo o país e mais de 1 milhão de jovens estudam nas universidades administradas pelos governos”. Isso requer gasto, que não foi e nem é priorizado por esse governo, pois uma política educacional organizada e estruturada pode incitar significativas mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas do país. Isso ameaça os interesses políticos de não criticidade e conhecimento da população em geral.

Algumas medidas foram tomadas pelo atual governo para a diminuição de gastos em educação. A principal foi o novo regime fiscal decretado em forma de Emenda à Constituição 95/2016. Esta estabelece o não investimento, a partir do novo orçamento federal, em setores como saúde, educação, assistência social, manifestações culturais e como outras políticas sociais e econômicas. Essa medida, assim como outras anteriores, existe para demonstrar que as políticas educacionais criadas recentemente somente ampliaram as desigualdades socioeconômicas no país, ao passo que deveriam garantir mais investimentos e qualidade ao ensino público brasileiro. Em comparação à medida do “ novo regime fiscal podemos relembrar o documento criado em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, pelo então Ministro da educação, Paulo Renato Sousa, ‘A nação convocada: compromisso nacional pela educação básica’ que resumia as novas disposições da nova gestão a respeito da educação, onde

Anunciava a situação alarmante em que se encontrava a educação exigindo uma “ação decisiva” que demandasse a participação de vários setores da sociedade, para a construção de uma política que fosse além de interesses partidários e que recuperasse a escola pública (ALGEBAILLE, 2009).

Assim como a medida do “novo regime fiscal” de 2018, o documento proposto em 1996 escondia os reais interesses políticos vigentes naquele momento histórico que seria a contenção de gastos na educação. No primeiro, com relação ao baixo investimento no setor para uma não contraposição aos interesses particulares partidários, e o segundo, no que diz respeito aos reais motivos do fracasso escolar, que não consistia apenas no trabalho do docente e da gestão escolar, discurso que desviava a atenção para o verdadeiro problema que consistia na má estruturação e organização do sistema educacional em geral. Discurso dominante que legitima formas de desigualdades sociais que excluem a grande maioria da população do acesso à educação. Isso se justifica como aponta Bourdieu “no caso das sociedades de classes, a capacidade de imposição e legitimação de um arbitrário cultural corresponderia à força da classe social que o sustenta” (NOGUEIRA, 2017, p.72). Que

garante legitimação dos interesses das classes dominantes nas decisões sobre como deve funcionar o sistema educacional.

Do debate proposto nesse tópico uma conclusão pode ser inferida sobre o investimento em educação no Brasil, a saber que na sua história educacional, especificamente após o segundo manifesto até os dias atuais, nunca houve uma política pública que priorizasse como essencial e fundamental uma educação de qualidade e de alcance de todos. Que lograsse um investimento eficaz e condizente com a realidade dos alunos brasileiros, que fosse além de políticas partidárias.

SER PROFESSOR NO BRASIL

Dando continuidade ao debate sobre a responsabilidade do êxito educacional recair sobre o trabalho docente, como muitos governos insistiram em enfatizar, retomo a questão proposta por Fernando de Azevedo no Manifesto dos Educadores de 1959. Neste ele apresenta os fatores que determinam, naquela época, o desequilíbrio e o desajustamento entre educação e desenvolvimento econômico que seriam segundo ele “o rápido crescimento demográfico, nesses últimos trinta anos; o processo de industrialização e urbanização que se desenvolveu num ritmo e com intensidade variáveis de uma para outra região; as mudanças econômicas e socioculturais que se produziram”.

A partir do mencionado a cima seria lógico pensar que se acontece uma mudança na sociedade, conseqüentemente, a escola também sofreria mudanças. No caso do Brasil isso não aconteceu de forma linear. As regiões brasileiras foram sofrendo os impactos da modernização de forma diferente. Em decorrência, o acesso e conhecimento de novas tecnologias e discussões sobre educação foram adquiridas de forma desigual. Hoje temos a convicção que, como se pensou nos anos 1950 e 1960, que ao oferecer professores, livros e materiais pedagógicos bastaria para uma boa educação, esse pensamento não condiz com a atual necessidade do ensino no Brasil. A qualidade da educação está intimamente ligada, além da questão de investimentos, também à qualidade da formação dos professores. Os docentes não podem ser encarados como únicos responsáveis pelo insucesso da educação brasileira.

Inúmeras pesquisas são divulgadas apresentando informações sobre o trabalho do professor, e em sua maioria apontam que uma grande parte dos docentes não exercem sua função da forma esperada. Entretanto, não há um questionamento por parte da mídia e da

sociedade em geral de como andam as condições de trabalho do professor. Com um sistema de ensino excessivamente burocrático, como é o nosso, as atividades laborais do professor ocasionam um grau de esgotamento físico e intelectual considerável.

Problemas como baixos salários, inexistência de um plano de carreira efetivo, a inconstância no emprego em decorrência das constantes contratações temporárias, a indisciplina dos alunos, falta de perspectivas futuras por parte do alunado e a vulnerabilidade com relação à violência presente no ambiente de trabalho são algumas das explicações para a não valorização da profissão no país. Esse contexto de desvalorização do trabalho do professor pode ser percebido no baixo índice de acesso a cursos que viabilizam carreira na docência do ensino básico. Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Leão “a carreira de professor não é atraente e não consegue empolgar a juventude por não oferecer uma perspectiva futura que permita ao trabalhador transcorrer o tempo de trabalho com tranquilidade”. A condição dos professores relatada no Manifesto dos educadores de 1959 apresenta características semelhantes à situação de professores atualmente, Fernando de Azevedo descreveu a desvalorização do profissional naquele momento histórico como,

O professorado do ensino primário (e mesmo o de grau médio), além de, geralmente, mal preparado, quer sob o aspecto cultural quer do ponto de vista pedagógico, é constituído, na sua maioria por leigos (2/3 ou 3/4 conforme os Estados); não tem salário condizente com a alta responsabilidade de seu papel social nem dispõe de quaisquer meios para a revisão periódica de seus conhecimentos (AZEVEDO, 2010, p. 71).

Que não difere da situação atual dos professores. A remuneração da categoria hoje no Brasil chega a 1.697,37 reais, isso para o profissional com carga horária de 40 horas em nível médio. Esse valor significativamente inferior a outras profissões, não corresponde a todo trabalho desenvolvido pelo professor que se estende ao âmbito da sala de aula, não é pago por muitos estados brasileiros. E a forma encontrada por eles para obter uma renda extra é duplicar ou triplicar os turnos de trabalho. Prejudicando assim seu rendimento profissional e sua vida pessoal. As mudanças atuais no âmbito educacional decorrem dos progressos tecnológicos, que impulsionou o surgimento de uma nova função para o professor, um profissional mais aberto e comprometido com o aprendizado. Cada vez mais os professores procuram uma especialização em sua área de ensino, a busca por cursos de pós-graduação como garantia de um maior reconhecimento tanto social quanto financeiro.

Professor esse que tenta superar o caráter reprodutivo de educação que sempre esteve enraizado no ensino das escolas brasileiras, indo além da concepção do ambiente escolar como reprodutor de desigualdades sociais, como propõe Bourdieu,

A escola não seria uma instancia neutra que transmitiria uma forma de conhecimento intrinsecamente superior às outras formas de conhecimento, e que avaliaria os alunos com base em critérios universalistas; mas ao contrário, ela é concebida como uma instituição a serviço da reprodução e da legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes. (NOGUEIRA, 2017, p. 71)

Cabendo ao docente uma função de transformação da realidade social, assim como também do âmbito escolar, ultrapassando as barreiras da mera reprodução de um sistema dominante. Intermediando novos olhares para um alunado carente de criticidade sobre a realidade social na qual estão inseridos.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

As políticas educacionais no Brasil, com o passar dos anos foram estabelecidas de diferentes formas, por representar um aspecto de padronização do Estado que abrange interesses políticos dos mais diversos tipos, admite-se que essas políticas devem ser orientadas pela sociedade em geral, respeitando os direitos individuais e garantindo o bem comum. O processo de construção de uma política pública deve envolver todo um país, colocando em evidência suas necessidades, desejos, valores e objetivos.

O primeiro manifesto dos educadores, conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, produziu um documento de fundamental importância para a produção de políticas educacionais no nosso país, que se destacou pela proposta de estabelecimento de metas e prioridades educacionais que careciam de ações efetivas. Primeiro documento a evidenciar a situação da educação no Brasil, que serviu de base para o início das discussões das leis que regulamentam nossa educação. O manifesto buscou mobilizar toda a categoria docente daquela época a lutar por políticas mais efetivas com relação à educação.

Naquele momento histórico, o problema da educação pública era algo urgente a ser resolvido. Pois os planos educacionais necessitavam de uma nova organização e efetiva ação. Os signatários do primeiro manifesto insatisfeitos com a sistematização educacional de sua época apresentavam um caráter antiquado em comparação a outros países, pois defendiam que não existia mais espaço para uma educação marginalizada e aparente em

relação aos demais problemas sociais da época. Propuseram, então, a implantação de uma escola baseada na unidade, gratuidade, laicidade e de acesso a todos. Relacionando a educação à riqueza nacional, como algo que poderia garanti-la. O acesso da população à educação auxiliaria na capacitação de trabalhadores, proporcionando assim, o crescimento econômico do país, isto porque, nas palavras de Azevedo, “pois se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais, e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade”. (AZEVEDO, 1932, p. 33).

Atualmente, os debates sobre educação ainda persistem na pauta em que o desenvolvimento de uma nação depende da qualidade de seu sistema de ensino e de como esse aspecto da sociedade é priorizado pelos governos vigentes. Muitos educadores em face das rápidas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas questionam-se sobre o futuro do ensino e de sua profissão. Questionam sobre os possíveis cenários para a educação. O contexto de instabilidade política da qual o Brasil enfrenta desde a posse do atual governo gera essas incertezas, haja vista que a história educacional brasileira foi marcada por políticas partidárias, que atendiam aos interesses da classe dominante, não por uma política de governo que priorizasse o desenvolvimento efetivo da educação.

Em 2014, no governo Dilma Rousseff, uma nova proposta do Plano Nacional de Educação foi desenvolvida, cujo documento determinou as estratégias de políticas educacionais para o Brasil. Esta apresentava metas a serem alcançadas em todos os níveis de ensino da educação básica, do infantil ao superior. Esse documento apresentou propostas importantes como o aumento do financiamento da educação pública, em um prazo de dez anos. E como estratégia de êxito o governo propôs a garantia de fontes financiamento, dentre elas estariam os recursos advindos da exploração do petróleo e do gás natural. Além de estabelecer um Custo Aluno-Qualidade que determinava um padrão mínimo de capital necessário ao processo de ensino aprendizagem, multiplicando esse valor pela quantidade de alunos registrados pelo Censo Escolar.

Outras metas podem ser destacadas como importantes nesse documento como a proposta de que até o final do terceiro ano do fundamental todas as crianças consigam alcançar a alfabetização; intensificar o trabalho para diminuição da taxa de analfabetismo de alunos com quinze anos ou mais; garantir o acesso de crianças de faixa etária de quatro e cinco anos na pré-escola, como também, a construção de creches para crianças a partir

de três anos; aumento de vagas no ensino profissionalizante, assim como também nos outros níveis de ensino, e o incentivo ao ingresso de professores em programas de pós-graduação. Do que foi apresentado no documento é perceptível uma “tentativa” de melhorias no campo da educação. Contudo, alguns especialistas apontam as falhas do documento.

Essa proposta do plano já foi lançada a sociedade com um significativo atraso, pois segundo a Constituição Federal ela deveria ter sido apresentada pelo Executivo no ano de 2011, passados três anos até que se efetivasse, depois de vários debates e chegando a um consenso, em 2014. Isso acarretou um atraso na resolução de questões urgentes a educação. Em termos gerais o documento estabelece que o governo brasileiro desenvolva uma ação de ampliação de matrículas que possa proporcionar o acesso de uma quantidade maior de alunos à educação, como também criar estratégias para garantia da qualidade do ensino. No entanto, aspectos como a universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo, propostas no documento de 2014, já haviam sido colocadas como metas no documento anterior, de 2001 a 2010, e não tiveram uma ação adequada que garantissem a sua execução.

Segundo alguns especialistas, a principal falha do plano consistiu no fato de não ter colocado em minúcias como essa mudança e possíveis avanços na educação seriam alcançados. O economista Milton Pignatari, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em uma entrevista à revista *Veja*, faz uma crítica relacionada ao investimento na esfera da educação. “É claro que a educação precisa de mais dinheiro, mas o PNE não prevê a melhor gestão de recursos, apenas dá mais verba para a área, sem definir como será realizado o monitoramento das despesas” (BIBIANO, 2014). Podemos concluir que o aumento de verbas para a educação não garante a qualidade do ensino, se esse recurso não tiver um acompanhamento de sua utilização tanto por parte do Governo como por parte da gestão escolar.

A relevância de uma gestão democrática, proposta no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 como também na meta 19 do Plano Nacional de Educação de 2014, ainda não foi assimilada pela sociedade com algo necessário ao relativo bom andamento de uma instituição escolar. O tradicionalismo de centralização das discussões apenas por parte dos gestores, ainda é uma constante na realidade das escolas brasileiras. Uma gestão eficaz requer a participação de todos os segmentos do grupo escolar nas deliberações e demandas da instituição. Exercer esse direito de participação nas decisões de uso dos recursos

destinados às escolas contribui para o esclarecimento de como o recurso está sendo empregado no espaço escolar. Durante muito tempo no país a concepção de administração escolar estava atrelada à semelhança de qualquer outra instituição ou organização administrativa em seu aspecto científico. Em 1988 rompe-se com essa concepção, observando que “a democratização da administração, nos seus diferentes níveis, não é somente um fator facilitador, ou instrumental, face à construção de uma escola democrática autônoma; é um valor em si mesmo” (LIMA, 2009, p. 46).

Dentro da vigência do PNE de 2014 é notória a mudança de prioridades educacionais proposta na Emenda Constitucional 95/2016 (já comentada anteriormente) que trouxe um impacto para o investimento em educação, pois prevê mudanças orçamentárias para os próximos vinte anos. Essa emenda reduz os gastos públicos nas áreas sociais, incluindo a educação, visto que o recurso economizado será designado ao pagamento da dívida pública. Ou seja, contradiz o Plano Nacional de Educação que priorizou como meta um maior investimento em educação. Isso demonstra que os interesses governamentais têm maior peso sobre as decisões políticas, deixando sempre a margem os interesses e necessidades da sociedade em geral. Seguindo o movimento de não valorização da educação, foi proposto no ano seguinte à EC 95 a Base Nacional Comum Curricular. Documento que acentuou as discussões e que ecoou de forma polêmica entre a sociedade e autoridades no campo da educação. Principalmente no que diz respeito ao corpo de mudanças presentes no documento. Com a nova BNCC, a educação volta a discussão, principalmente aos olhares do mercado.

Segundo alguns especialistas, ela possui uma função subliminar de submeter a educação brasileira aos princípios econômicos e aos interesses do mercado. As mudanças presentes no documento o coloca em harmonia com os princípios propostos por fundações e institutos empresariais que também trabalham com educação. Um movimento para também colaborar na formação da BNCC, formado por um grupo não governamental de profissionais da educação. Em entrevista realizada na revista Fio Cruz, Claudia Piccinini professora da UFRJ, que estuda os interesses privados por trás da discussão da Base Nacional Comum Curricular aponta que

O que nós percebemos nesse processo é que a BNCC foi incorporada a bandeiras do movimento empresarial. Apesar do documento ter recebido uma quantidade imensa de falas, de participações, de indicação dos professores e de sindicatos durante o processo de consulta pública, o que a

gente vê é que no projeto final o que está colocado é a demanda do movimento empresarial (ANTUNES, 2017).

Ao analisar o texto da BNCC podemos identificar que sua proposta de elaboração buscava aspectos significativos como a expansão e melhoria na qualidade do sistema educacional brasileiro. Entretanto, como foi abordado nesse manifesto, os investimentos em educação nessa nova proposta política de gastos financeiros, diminuiu de forma impactante o dinheiro destinado à educação pelos próximos vinte anos. O Brasil historicamente não cumpriu e nem está cumprindo com as metas propostas em seus documentos que visam políticas educacionais de ação efetiva. Então, como construir uma educação de qualidade e de acesso a todos sem uma contrapartida financeira e um plano efetivo de acompanhamento de investimentos em educação?

Além do aspecto financeiro, outros pontos presentes na BNCC se mostram incoerentes em relação a sociedade brasileira e suas necessidades de discussão. Está presente uma constância na concepção de educação baseada em um tradicionalismo pedagógico, que determina o papel do professor como mero transmissor de conteúdo, quando o mesmo deveria construir o conhecimento junto com os alunos, demonstrando um retrocesso quanto a criticidade proposta pela LDB de 1996. Apresenta uma proposta de currículo arcaica e bastante ultrapassada, em decorrência de não contemplar questões de gênero e sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas essas considerações nos remetem à importância, para a educação brasileira, do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 quanto o Manifesto dos Educadores de 1959. Principalmente no que diz respeito a sua contribuição para os primeiros debates a nível nacional sobre as condições de abandono a qual a educação estava passando em cada momento histórico proposto. Documentos que convocavam a participação da população na elaboração de propostas para a garantia de uma educação de qualidade e gratuita. Ambos manifestos são considerados marcos históricos da luta pela democratização da educação. Contudo, suas propostas apenas delinearum um desejo de mudança, que na realidade ficaram apenas no papel. Em consequência, muitos dos problemas apontados no documento ainda permeiam nossa realidade.

Aspectos como financiamento, ser professor atualmente no Brasil e as políticas educacionais nortearam a discussão desse manifesto. Apresentando seus princípios e comparando-os com os primeiros manifestos educacionais. Propomos uma visão panorâmica da educação na atualidade, as críticas e debates que norteiam as novas políticas educacionais. Chegando a uma análise, do que foi apresentado, de que as políticas educacionais enviadas para as escolas, na realidade não tem o objetivo de melhorias, mas sim de um controle social, uma estratégia utilizada pelo governo para obter o controle de tudo que acontece no ambiente escolar, se serão correspondidos os interesses das classes dominantes. O problema não está na falta de recursos a serem investidos, mas a relação de dependência existente entre escolas e políticas governamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGEBAILLE, Eveline. Escola Pública e Pobreza no Brasil: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj. 2009.

ANTUNES, André. A quem interessa a BNCC? Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-quem-interessa-a-bncc>. Acesso em: 10 jun. 2018.

AZEVEDO, F. D. A Reconstrução Educacional do Brasil: ao povo e ao governo. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Rio de Janeiro, 1932.

BIBIANO, Bianca. Sob crítica de especialistas, Plano Nacional de Educação é aprovado na câmara com atraso de 4 anos. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/sob-criticas-de-especialistas-plano-nacional-de-educacao-e-aprovado-na-camara-com-atraso-de-4-anos/>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL, Constituição Federal (1988). Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF; Senado, 1988.

FRAGA, Érika. Investimento em educação no Brasil é baixo e ineficiente. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/02/investimento-em-educacao-no-brasil-e-baixo-e-ineficiente.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2018.

LIMA, L.C. Organizações escolares e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. 4ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2009.

NOGUEIRA, M. A. Bourdieu & a Educação. 4ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VINHOTE, A. L. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): especialistas comentam as perspectivas trazidas pelo documento. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/vidaescolar/editorial/2018/01/11/noticia-especial-vida-escolar,652192/como-mudancas-no-ensino-refletem-na-educacao-basica.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2018.